

Ricardo Antonio Andreucci

Manual de
**DIREITO
PENAL**

13ª edição
revista e atualizada
2019

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-53604-92-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Andreucci, Ricardo Antonio

Manual de direito penal / Ricardo Antonio Andreucci. – 13.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito penal I. Título.

18-1517

CDU 343.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343.3.3

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Munio Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermينو
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda

Data de fechamento da edição: 21-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605372 CAE 630788

ÍNDICE

<i>PREFÁCIO</i>	35
<i>NOTA DO AUTOR</i>	37

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	41
I CONCEITO DE DIREITO PENAL	41
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	41
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	42
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	43
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	43
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	43
4 CIÊNCIAS PENAIS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	43
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	44
5.1 Princípio da legalidade	44
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	45
5.3 Princípio da taxatividade	45
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	45
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	46
5.6 Princípio da adequação social	46
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo) e princípio da fragmentariedade	47
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	47
5.9 Princípio do Direito Penal máximo	48
5.10 Princípio da proporcionalidade da pena	49
5.11 Princípio da individualização da pena	49
5.12 Princípio da humanidade	49
5.13 Princípio da razoabilidade	50
II — FONTES DO DIREITO PENAL	51
I FONTES MATERIAIS	51
2 FONTES FORMAIS	51

2.1	Fonte formal imediata	51
2.1.1	Lei e norma penal	51
2.1.2	Norma penal em branco	52
2.1.3	Integração da norma penal	53
2.1.4	Norma penal incompleta.	53
2.2	Fontes formais mediatas	53
2.2.1	Costume.	54
2.2.2	Princípios gerais de direito	54
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal.	54
III	— INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	57
I	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO	57
1.1	Interpretação autêntica	57
1.2	Interpretação doutrinária.	57
1.3	Interpretação jurisprudencial.	58
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	58
2.1	Interpretação gramatical	58
2.2	Interpretação lógica	58
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO.	58
3.1	Interpretação declarativa	58
3.2	Interpretação restritiva.	58
3.3	Interpretação extensiva.	58
IV	— APLICAÇÃO DA LEI PENAL	61
I	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.	61
1.1	Legalidade formal e legalidade material	62
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.	63
2.1	Vigência e revogação da lei penal	63
2.2	Conflito de leis penais no tempo	63
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	64
2.4	Ultra-atividade.	64
2.5	Lei intermediária	65
2.6	Conjugação de leis.	65
2.7	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais.	66
2.8	Tempo do crime.	66
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	67
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	67
3.2	Princípios adotados pelo Brasil.	68

3.3	Território	68
3.3.1	Território brasileiro por equiparação	69
3.3.2	Passagem inocente	69
3.3.3	Zona econômica exclusiva — ZEE	70
3.4	Lugar do crime	70
3.5	Teoria adotada pelo Brasil	71
3.6	Extraterritorialidade	71
3.6.1	Extradicação, deportação e expulsão	72
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	73
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS ..	73
4.1	Imunidades diplomáticas	73
4.2	Imunidades parlamentares	74
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES	76
5.1	Eficácia de sentença estrangeira	76
5.2	Contagem de prazos	76
5.3	Frações não computáveis da pena	76
5.4	Legislação especial	77
V — TEORIA DO CRIME		79
I	CONCEITO DE CRIME	79
I.1	Sistema Causal-Naturalista	79
I.2	Sistema Neoclássico	80
I.3	Sistema Finalista	80
I.3.1	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida	81
I.4	Sistema Social	82
I.5	Sistema Funcionalista	82
I.6	Estrutura do crime	83
I.6.1	Sujeito ativo	83
I.6.2	Sujeito passivo	83
I.6.3	Capacidade penal	83
I.6.4	Objeto do crime	84
I.6.5	Punibilidade	84
I.6.6	Crime e contravenção penal	85
I.6.7	Classificação dos crimes	85
2	FATO TÍPICO	92
2.1	Teoria do Tipo	92
2.1.1	Fases da Teoria do Tipo	93
2.1.2	Conceito de tipo	93
2.1.3	Características do tipo	93
2.1.4	Adequação típica	94
2.1.5	Elementos do tipo	94

2.1.6	Teoria dos elementos negativos do tipo	95
2.1.7	Classificação do tipo	95
2.1.8	Tipicidade conglobante.....	96
2.1.9	Conflito aparente de normas	96
2.2	Conduta	98
2.2.1	Formas de conduta	98
2.2.2	Crimes omissivos próprios	99
2.2.3	Crimes omissivos impróprios	99
2.2.4	Crimes omissivos por comissão	99
2.2.5	Caso fortuito e força maior.....	99
2.3	Nexo de causalidade	100
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes.....	101
2.3.2	Superveniência causal	101
2.4	Resultado	103
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado	103
2.5	Crime consumado e crime tentado.....	104
2.5.1	Consumação	104
2.5.2	Tentativa.....	105
2.5.3	“Iter criminis”	106
2.5.4	Cogitação.....	106
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução	106
2.5.6	Elementos da tentativa	107
2.5.7	Espécies de tentativa	107
2.5.8	Pena da tentativa	108
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa.....	108
2.5.10	Tentativa e contravenção penal	109
2.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	109
2.7	Arrependimento posterior.....	110
2.7.1	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	111
2.8	Crime impossível	111
2.9	Crime doloso.....	112
2.9.1	Conceito de dolo.....	112
2.9.2	Teorias sobre o dolo	112
2.9.3	Teorias adotadas pelo Brasil	113
2.9.4	Espécies de dolo	113
2.10	Crime culposos	114
2.10.1	Cuidado objetivo.....	115
2.10.2	Previsibilidade	115
2.10.3	Elementos do fato típico culposos.....	115
2.10.4	Imprudência, negligência e imperícia	115
2.10.5	Espécies de culpa.....	116

2.10.6	Excepcionalidade do crime culposo	116
2.10.7	Outras questões referentes à culpa	117
2.11	Crime preterdoloso	117
3	ERRO DE TIPO	117
3.1	Conceito de erro de tipo	117
3.2	Espécies de erro de tipo	118
3.2.1	Erro de tipo essencial	118
3.2.2	Erro de tipo acidental	119
3.2.2.1	Espécies	119
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”	119
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”	119
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”	120
3.2.5.1	Desígnios autônomos	121
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)”	121
3.2.7	Erro determinado por terceiro	122
3.2.8	Descriminantes putativas	123
4	ANTI JURIDICIDADE	123
4.1	Conceito	123
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	124
4.3	Estado de necessidade	124
4.3.1	Conceito	125
4.3.2	Natureza jurídica	125
4.3.3	Requisitos	125
4.3.4	Causa de diminuição da pena	126
4.3.5	Formas de estado de necessidade	126
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	126
4.4	Legítima defesa	127
4.4.1	Conceito	127
4.4.2	Natureza jurídica	128
4.4.3	Requisitos	128
4.4.4	Formas de legítima defesa	128
4.4.5	Legítima defesa subjetiva	129
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	129
4.4.7	Legítima defesa recíproca	129
4.4.8	Provocação e legítima defesa	129
4.4.9	“Commodus discessus”	130
4.4.10	Ofendículas	130
4.4.11	Questões interessantes sobre legítima defesa	131
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	132
4.6	Exercício regular de direito	132
4.7	O consentimento do ofendido	132

4.8	Risco permitido.....	132
4.9	Violência desportiva.....	133
4.10	Excesso punível.....	133
5	CULPABILIDADE.....	134
5.1	Conceito.....	135
5.2	Elementos da culpabilidade.....	135
5.3	Imputabilidade.....	135
5.3.1	“Actio libera in causa”.....	136
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade.....	136
5.3.3	Semi-imputabilidade.....	139
5.4	Potencial consciência da ilicitude.....	139
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei.....	140
5.4.2	Erro de proibição.....	140
5.5	Exigibilidade de conduta conforme o Direito.....	141
5.5.1	Coação moral irresistível.....	141
5.5.2	Obediência hierárquica.....	142
6	CONCURSO DE PESSOAS.....	143
6.1	Concurso necessário e eventual.....	143
6.2	Formas de concurso de agentes.....	144
6.3	Requisitos do concurso de agentes.....	144
6.4	Autoria.....	144
6.5	Participação.....	146
6.6	Formas de participação.....	146
6.7	Autoria mediata.....	146
6.8	Autoria colateral e autoria incerta.....	147
6.9	Conivência e participação por omissão.....	147
6.10	Outras modalidades de coautoria e participação.....	147
6.11	Concurso em crime culposos.....	148
6.12	Punibilidade no concurso de pessoas.....	148
6.13	Circunstâncias incomunicáveis.....	148
6.14	Casos de impunibilidade.....	149
VI	SANÇÃO PENAL.....	151
I	INTRODUÇÃO.....	151
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL.....	151
3	PENA.....	151
3.1	Conceito de pena.....	151
3.2	Finalidades da pena.....	152
3.3	Características da pena.....	153

3.4	Espécies de pena	I53
3.5	Regimes prisionais	I53
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	I54
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade	I54
4.2	Forma progressiva de execução da pena	I54
4.3	Progressão especial	I57
4.4	Regime de pena nos crimes hediondos	I57
4.5	Regras do regime fechado	I58
4.6	Regras do regime semiaberto	I58
4.7	Regras do regime aberto	I58
4.8	Casa do albergado	I59
4.9	Prisão-albergue domiciliar	I59
4.10	Regime especial	I60
4.11	Regime disciplinar diferenciado — RDD	I60
4.12	Direitos e trabalho do preso	I61
4.13	Remição	I62
4.14.1	Remição pelo estudo	I63
4.14	Superveniência de doença mental	I63
4.15	Detração penal	I64
4.15.1	Detração em pena restritiva de direitos	I64
4.15.2	Detração em pena de multa	I64
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	I65
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos	I65
5.2	Natureza jurídica	I65
5.3	Características	I65
5.4	Duração das penas restritivas de direitos	I66
5.5	Impossibilidade de cumulação	I66
5.6	Conversão	I66
5.7	Prestação pecuniária	I66
5.8	Perda de bens e valores	I67
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	I67
5.10	Interdição temporária de direitos	I68
5.11	Limitação de fim de semana	I68
6	PENA DE MULTA	I69
6.1	Conceito	I69
6.2	Cominação e aplicação	I69
6.3	Pagamento da multa	I70
7	APLICAÇÃO DA PENA	I70
7.1	Circunstâncias do crime	I71
7.2	Circunstâncias judiciais	I71

7.3	Circunstâncias legais	172
7.4	Circunstâncias agravantes	173
7.4.1	Aplicação obrigatória	173
7.4.2	Rol taxativo	173
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes	173
7.5	Reincidência	175
7.5.1	Conceito	175
7.5.2	Formas	175
7.5.3	Pressuposto da reincidência	175
7.5.4	Réu primário e réu reincidente	176
7.5.5	Efeitos da reincidência	176
7.5.6	Crimes que não geram reincidência	177
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	177
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	177
7.7	Circunstâncias atenuantes	178
7.7.1	Aplicação obrigatória	178
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	178
7.7.3	Circunstâncias inominadas	179
8	FIXAÇÃO DA PENA	180
8.1	Momento judicial de fixação da pena	180
8.2	Juízo de culpabilidade	180
8.3	Cálculo da pena	180
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes	181
9	CONCURSO DE CRIMES	182
9.1	Noções gerais	182
9.2	Sistemas de aplicação da pena	182
9.3	Espécies de concurso	182
9.4	Concurso material	183
9.4.1	Conceito	183
9.4.2	Espécies	183
9.4.3	Aplicação da pena	183
9.5	Concurso formal	184
9.5.1	Conceito	184
9.5.2	Espécies	184
9.5.3	Aplicação da pena	186
9.5.4	Cúmulo material benéfico	186
9.6	Crime continuado	187
9.6.1	Conceito	187
9.6.2	Natureza jurídica	187
9.6.3	Crimes da mesma espécie	187
9.6.4	Requisitos	188

9.6.5	Condições objetivas semelhantes.....	191
9.6.6	Espécies de crime continuado.....	192
9.6.7	Aplicação da pena.....	192
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes.....	192
9.7	Aplicação da pena de multa.....	193
10	LIMITE DAS PENAS.....	193
11	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	194
11.1	Conceito.....	194
11.2	Sistemas.....	194
11.3	Formas.....	195
11.4	Requisitos.....	195
11.5	Período de prova.....	196
11.6	Condições.....	196
11.7	Revogação do “sursis”.....	197
11.7.1	Cassação do “sursis”.....	197
11.7.2	Restabelecimento do “sursis”.....	197
11.8	Prorrogação do “sursis”.....	197
11.9	Questões interessantes.....	198
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	199
12.1	Conceito.....	199
12.2	Requisitos.....	200
12.3	Concessão.....	201
12.4	Condições.....	201
12.5	Revogação.....	202
12.6	Restauração do livramento.....	203
12.7	Prorrogação do livramento.....	203
12.8	Extinção do livramento.....	203
13	MEDIDA DE SEGURANÇA.....	203
13.1	Conceito.....	204
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança.....	204
13.3	Espécies de medida de segurança.....	204
13.4	Aplicação da medida de segurança.....	204
13.5	Medida de segurança substitutiva.....	207
13.6	Sistema vicariante.....	207
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	209
14.1	Conceito de condenação.....	210
14.2	Efeitos secundários de natureza penal.....	210
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal.....	210

14.3.1	Efeitos civis	210
14.3.2	Efeitos administrativos	213
14.3.3	Efeito político	214
14.3.4	Efeitos trabalhistas	214
15	REABILITAÇÃO.....	215
15.1	Conceito.....	215
15.2	Prazo para requerimento	215
15.3	Condições da reabilitação	215
15.4	Procedimento da reabilitação	216
15.5	Efeitos da reabilitação	217
15.6	Revogação da reabilitação	219
VII	— AÇÃO PENAL.....	221
1	CONCEITO.....	221
2	CLASSIFICAÇÃO.....	221
3	AÇÃO PENAL PÚBLICA	222
3.1	Noções gerais.....	222
3.2	Espécies	222
3.2.1	Ação penal pública incondicionada	222
3.2.2	Ação penal pública condicionada.....	222
3.3	Ação penal nos crimes complexos.....	223
4	AÇÃO PENAL PRIVADA	223
4.1	Noções gerais.....	223
4.2	Espécies	224
4.2.1	Ação penal privada exclusiva	224
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima	224
4.2.2	Ação penal privada subsidiária	225
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL	225
VIII	— EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	227
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE.....	227
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	227
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	227
4	ROL EXEMPLIFICATIVO	228
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE	228
5.1	Morte do agente	228

5.2	Anistia	229
5.3	Graça e indulto	230
5.4	“Abolitio criminis”	231
5.5	Renúncia do direito de queixa	231
5.6	Perdão aceito	232
5.7	Retratação do agente	233
5.8	Decadência	233
5.9	Perempção	234
5.10	Perdão judicial	234
6	PRESCRIÇÃO	235
6.1	Conceito de prescrição	235
6.2	Espécies de prescrição	235
6.3	Prescrição da pretensão punitiva	235
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	236
6.5	Prescrição da pretensão executória	237
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	237
6.7	Prescrição intercorrente	238
6.8	Prescrição retroativa	239
6.9	Prescrição antecipada	240
6.10	Redução dos prazos prescricionais	240
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	240
6.12	Prescrição da pena de multa	241

PARTE ESPECIAL

I	— INTRODUÇÃO	245
II	— DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	247
I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA	247
I.1	Homicídio	247
I.1.1	Homicídio privilegiado	250
I.1.2	Homicídio qualificado	251
I.1.3	Homicídio culposo	253
I.1.4	Homicídio culposo circunstanciado	253
I.1.5	Perdão judicial	254
I.1.6	Milícia privada	254
I.1.7	Ação penal	255
I.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	255
I.2.1	Formas qualificadas	256
I.2.2	Questões interessantes sobre a participação em suicídio	257
I.3	Infanticídio	257

1.3.I	Questões interessantes sobre o infanticídio	259
I.4	Aborto	259
1.4.I	Questões interessantes sobre o aborto	262
1.4.2	Autoaborto	263
1.4.3	Aborto consentido	263
1.4.4	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante ...	263
1.4.5	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante ...	263
1.4.6	Aborto qualificado pelo resultado	264
1.4.7	Aborto legal.	264
2	DAS LESÕES CORPORAIS	265
2.1	Lesão corporal	265
2.1.1	Violência doméstica	268
2.1.2	Lesão corporal funcional.	269
3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	269
3.1	Generalidades.	269
3.2	Perigo de contágio venéreo	270
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	270
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem	272
3.4.1	Aumento de pena.	272
3.5	Abandono de incapaz	273
3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado.	273
3.5.2	Causas de aumento de pena	273
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido	273
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado.	274
3.7	Omissão de socorro.	274
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado.	275
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso.	275
3.8	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.	276
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado.	278
3.9	Maus-tratos	278
3.9.1	Figuras qualificadas pelo resultado.	280
3.9.2	Causa de aumento de pena	280
3.9.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso	280
4	DA RIXA	280
4.1	Rixa	280
4.1.1	Rixa qualificada.	281
5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA.	281
5.1	Generalidades.	281
5.2	Calúnia.	281
5.2.1	Divulgação ou propalação.	283

5.2.2	Calúnia contra os mortos	283
5.2.3	Exceção da verdade	283
5.3	Difamação	283
5.3.1	Exceção da verdade	284
5.4	Injúria.....	284
5.4.1	Perdão judicial.....	285
5.4.2	Injúria real	286
5.4.3	Injúria por preconceito	286
5.4.4	Injúria etária.....	287
5.5	Causas de aumento de pena	287
5.6	Exclusão do crime	287
5.7	Retratação	289
5.8	Pedido de explicações	289
5.9	Ação penal	290
6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.....	291
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal	291
6.1.1	Constrangimento ilegal.....	291
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas.....	292
6.1.1.2	Concurso material.....	292
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime	292
6.1.2	Ameaça.....	292
6.1.3	Sequestro ou cárcere privado.....	293
6.1.3.1	Figuras típicas qualificadas.....	294
6.1.4	Redução a condição análoga à de escravo.....	295
6.1.4.1	Figuras equiparadas.....	296
6.1.4.2	Causas especiais de aumento de pena.....	296
6.2	Tráfico de pessoas	296
6.2.1	Causas especiais de aumento de pena	298
6.2.2	Causa especial de diminuição de pena	298
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	298
6.3.1	Violação de domicílio.....	298
6.3.1.1	Figuras típicas qualificadas.....	299
6.3.1.2	Causas de aumento de pena	300
6.3.1.3	Exclusão da antijuridicidade.....	300
6.3.1.4	Contornos da expressão “casa”	300
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	301
6.4.1	Violação de correspondência	301
6.4.1.1	Generalidades	301
6.4.1.2	Violação de correspondência	301
6.4.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	302
6.4.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica.....	302

6.4.1.5	Impedimento de telecomunicação	303
6.4.1.6	Instalação ou utilização ilegais	303
6.4.1.7	Disposições comuns	304
6.4.1.8	Ação penal.	304
6.4.2	Correspondência comercial.	304
6.5	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	305
6.5.1	Divulgação de segredo.	305
6.5.2	Violação de segredo profissional	306
6.5.3	Invasão de dispositivo informático	306
6.5.3.1	Figura equiparada	307
6.5.3.2	Causas de aumento de pena	307
6.5.3.3	Figura qualificada pelo resultado	308
III	— DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	309
I	DO FURTO	309
I.1	Furto	309
I.1.1	Vigilância eletrônica, monitoramento do local e crime impossível ..	311
I.1.2	Furto e princípio da insignificância	312
I.1.3	Furto noturno	314
I.1.4	Furto privilegiado	315
I.1.5	Furto de energia.	317
I.1.6	Furto qualificado.	317
I.1.6.1	Rompimento de obstáculo	317
I.1.6.2	Abuso de confiança.	319
I.1.6.3	Mediante fraude	319
I.1.6.4	Escalada.	321
I.1.6.5	Destreza.	321
I.1.6.6	Chave falsa.	321
I.1.6.7	Concurso de duas ou mais pessoas.	322
I.1.7	Furto com emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	323
I.1.8	Furto de veículo automotor	323
I.1.9	Furto de semovente domesticável de produção	324
I.1.10	Subtração de substâncias explosivas ou de acessórios.	325
I.2	Furto de coisa comum.	325
2	DO ROUBO E DA EXTORSÃO	326
2.1	Roubo	326
2.1.1	Roubo impróprio	329
2.1.2	Roubo circunstanciado	329
2.1.2.1	Emprego de arma branca	329
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas.	330

2.1.2.3	Transporte de valores	330
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor.....	331
2.1.2.5	Sequestro.....	331
2.1.2.6	Substâncias explosivas ou acessórios.....	332
2.1.2.7	Emprego de arma de fogo.....	332
2.1.2.8	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo	334
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave	335
2.1.4	Latrocínio	335
2.2	Extorsão.....	337
2.2.1	Extorsão qualificada	340
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte.....	340
2.2.3	Sequestro relâmpago	340
2.3	Extorsão mediante sequestro.....	342
2.3.1	Formas qualificadas.....	343
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado.....	343
2.3.3	Delação premiada	344
2.4	Extorsão indireta	344
3	DA USURPAÇÃO.....	345
3.1	Alteração de limites	345
3.1.1	Usurpação de águas.....	345
3.1.2	Esbulho possessório	346
3.1.3	Concurso material.....	346
3.1.4	Ação penal.....	346
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	347
4	DO DANO.....	347
4.1	Dano.....	347
4.1.1	Dano qualificado.....	348
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	348
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	349
4.4	Alteração de local especialmente protegido	350
4.5	Ação penal.....	350
5	DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA	350
5.1	Apropriação indébita	350
5.1.1	Formas qualificadas.....	352
5.2	Apropriação indébita previdenciária	352
5.2.1	Figuras assemelhadas.....	355
5.2.2	Extinção da punibilidade	355
5.2.3	Perdão judicial.....	356
5.2.4	Pagamento integral e parcelamento do débito.....	356
5.2.5	Estado de necessidade.....	358

5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza . . .	359
5.4	Apropriação de tesouro	360
5.5	Apropriação de coisa achada	360
5.6	Apropriação privilegiada	361
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	362
6.1	Estelionato	362
6.1.1	Estelionato privilegiado	364
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	364
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	364
6.1.4	Defraudação de penhor	365
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	365
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	365
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	366
6.1.8	Estelionato circunstanciado	367
6.1.9	Estelionato contra idoso	368
6.2	Duplicata simulada	368
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas	369
6.3	Abuso de incapazes	369
6.4	Induzimento à especulação	370
6.5	Fraude no comércio	371
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas	371
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada	372
6.6	Outras fraudes	372
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	373
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”	373
6.9	Fraude à execução	373
7	DA RECEPÇÃO	374
7.1	Recepção	374
7.1.1	Recepção simples dolosa própria	375
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria	375
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial	376
7.1.4	Recepção culposa	376
7.1.5	Recepção privilegiada	377
7.1.6	Recepção qualificada pelo objeto material	377
7.1.7	Recepção e favorecimento real	377
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a recepção	377
7.2	Recepção de animal	379
8	DAS IMUNIDADES PENAIS	380
8.1	Generalidades	380
8.2	Imunidades penais absolutas	380
8.3	Imunidades penais relativas	381

8.4	Exceções às imunidades penais	381
IV	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	383
1	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	383
I.1	Violação de direito autoral	383
I.1.1	Reprodução de obra com violação de direito autoral	384
I.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	385
I.3	Ação penal	385
2	DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO.....	385
3	DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ..	385
4	DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL.....	386
V	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	387
1.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU ESTADUAL.....	387
2	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO.....	388
3	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA.....	388
4	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO.....	389
5	PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PER- TURBAÇÃO DA ORDEM	390
6	PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO	391
7	INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM	392
8	FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA. ...	393
9	FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO... ..	394
10	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINIS- TRATIVA.....	395
11	ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO	395
12	ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	396
VI	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	399
1	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	399

1.1	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	399
1.1.1	Forma qualificada	400
2	DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	400
2.1	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	400
2.1.1	Forma qualificada	401
2.2	Violação de sepultura	401
2.3	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	402
2.4	Vilipêndio a cadáver	403
VII	— DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	405
I	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	405
1.1	Estupro	405
1.1.1	Tipo misto cumulativo ou tipo misto alternativo	407
1.1.2	Figuras qualificadas pelo resultado	409
1.1.3	Causas de aumento de pena	410
1.1.4	Estupro coletivo	410
1.1.5	Estupro corretivo	411
1.1.6	Segredo de justiça	412
1.2	Violação sexual mediante fraude	412
1.2.1	Causas de aumento de pena	413
1.2.2	Segredo de justiça	414
1.3	Importunação sexual	414
1.4	Assédio sexual	415
2	DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL	416
2.1	Registro não autorizado da intimidade sexual	416
2.1.2	Figuras assemelhadas	417
3	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL	417
3.1	Definição de vulnerável	417
3.2	Estupro de vulnerável	418
3.2.1	Figuras qualificadas pelo resultado	419
3.2.2	Causas de aumento de pena	419
3.2.3	Segredo de justiça	420
3.3	Corrupção de menores	420
3.3.1	Causas de aumento de pena	420
3.3.2	Segredo de justiça	421
3.4	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	421
3.4.1	Causas de aumento de pena	422
3.4.2	Segredo de justiça	422
3.5	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	422

3.5.1	Figuras equiparadas	423
3.5.2	Efeito obrigatório da condenação	424
3.5.3	Segredo de justiça	424
3.6	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	424
3.6.1	Causas de aumento de pena	425
3.6.2	Exclusão de ilicitude	426
4	DISPOSIÇÕES GERAIS	426
4.1	Ação penal	426
4.2	Aumento de pena	426
5	DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	426
5.1	Generalidades	426
5.2	Mediação para servir à lascívia de outrem	427
5.2.1	Figuras típicas qualificadas	427
5.3	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	428
5.3.1	Figuras típicas qualificadas	429
5.4	Casa de prostituição	429
5.5	Rufianismo	431
5.5.1	Figuras típicas qualificadas	432
5.6	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	432
5.7	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	432
5.8	Promoção de migração ilegal	432
5.8.1	Figura equiparada	433
5.8.2	Causas de aumento de pena	433
5.8.3	Cúmulo material	433
6	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	433
6.1	Disposições gerais	433
6.2	Ato obsceno	434
6.3	Escrito ou objeto obsceno	435
7	DISPOSIÇÕES GERAIS	437
VIII	DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	439
I	DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	439
1.1	Bigamia	439
1.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada	440
1.1.2	Exclusão do crime	440
1.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	440
1.2.1	Ação penal	441

I.3	Conhecimento prévio de impedimento	441
I.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento	441
I.5	Simulação de casamento	442
2	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO	442
2.1	Registro de nascimento inexistente	442
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	443
2.2.1	Causa de diminuição de pena	444
2.2.2	Conflito aparente de normas	445
2.3	Sonegação do estado de filiação	445
3	DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR	446
3.1	Abandono material	446
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia	447
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	448
3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo	448
3.2.2	Figura qualificada	449
3.2.3	Participação no crime	449
3.3	Abandono intelectual	449
3.4	Abandono moral	450
4	DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA	451
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	451
4.2	Subtração de incapazes	452
4.2.1	Perdão judicial	453
IX	— DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	455
I	DOS CRIMES DE PERIGO COMUM	455
I.1	Generalidades	455
I.2	Incêndio	455
I.2.1	Incêndio qualificado	456
I.2.2	Incêndio culposo	456
I.3	Explosão	456
I.3.1	Explosão privilegiada	457
I.3.2	Explosão qualificada	458
I.3.3	Explosão culposa	458
I.4	Uso de gás tóxico ou asfíxiante	458
I.4.1	Modalidade culposa	459
I.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfíxiante	459
I.6	Inundação	460

1.6.1	Inundação culposa	460
1.7	Perigo de inundação	461
1.8	Desabamento ou desmoronamento	461
1.8.1	Modalidade culposa	462
1.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	463
1.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum	463
1.11	Difusão de doença ou praga	464
1.11.1	Modalidade culposa	465
2	DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	465
2.1	Perigo de desastre ferroviário	465
2.1.1	Desastre ferroviário	466
2.1.2	Desastre culposo	466
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal	466
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	466
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo	467
2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro	467
2.2.3	Modalidade culposa	467
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal	467
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	468
2.3.1	Figura típica qualificada	468
2.3.2	Modalidade culposa	468
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal	469
2.4	Arremesso de projétil	469
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal	470
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	470
2.5.1	Crime qualificado	470
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	470
2.6.1	Figura equiparada	471
2.6.2	Crime qualificado	471
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	471
3.1	Epidemia	471
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado	472
3.1.2	Epidemia culposa	472
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	472
3.3	Omissão de notificação de doença	473
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	474
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição	475
3.4.2	Envenenamento culposo	475
3.5	Corrupção ou poluição de água potável	475

3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	476
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	476
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo	477
3.6.2	Modalidade culposa	477
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	477
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	478
3.7.2	Modalidade culposa	479
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	479
3.9	Invólucro ou recipiente com falsa indicação	479
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	480
3.11	Substância destinada à falsificação	481
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde	481
3.12.1	Modalidade culposa	482
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	482
3.13.1	Modalidade culposa	483
3.14	Exercício ilegal da Medicina, arte dentária ou farmacêutica	483
3.14.1	Forma qualificada	484
3.15	Charlatanismo	485
3.16	Curandeirismo	486
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI, da CF)	487
3.16.2	Curandeirismo qualificado	488
3.17	Forma qualificada	488
X	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	489
1	INCITAÇÃO AO CRIME	489
2	APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO	489
3	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	490
3.1	Associação criminosa armada	491
3.2	Crime hediondo	491
3.3	Delação premiada	491
4	CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA	492
XI	DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	493
1	DA MOEDA FALSA	493

1.1	Moeda falsa	493
1.1.1	Circulação de moeda falsa	495
1.1.2	Figura típica privilegiada	495
1.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda	495
1.1.4	Desvio e circulação antecipada	495
1.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa	495
1.2.1	Figura típica qualificada	496
1.3	Petrechos para falsificação de moeda	496
1.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal	497
1.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro	497
2	DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	497
2.1	Falsificação de papéis públicos	497
2.1.1	Uso de papéis falsificados	499
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	500
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	500
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé	500
2.2	Petrechos de falsificação	500
3	DA FALSIDADE DOCUMENTAL	501
3.1	Falsificação de selo ou sinal público	501
3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado	502
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro	502
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos	502
3.2	Falsificação de documento público	502
3.2.1	Documento público por equiparação	505
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social	506
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social	506
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho	506
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual	507
3.3	Falsificação de documento particular	508
3.3.1	Documento particular por equiparação	510
3.4	Falsidade ideológica	511
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado	512
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	513
3.4.2.1	Conflito aparente de normas	513
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	514
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso	515
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão	516
3.6.2	Forma qualificada	516
3.7	Falsidade de atestado médico	516

3.7.1	Forma qualificada	517
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	517
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	517
3.9	Uso de documento falso	518
3.10	Supressão de documento	520
4	DE OUTRAS FALSIDADES	521
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	521
4.2	Falsa identidade	522
4.3	Uso de documento de identidade alheia	523
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros	524
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	525
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade	525
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	526
4.6.1	Causa de aumento de pena	527
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro	527
5	DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO	527
5.1	Fraudes em certames de interesse público	527
5.1.1	Figura equiparada	528
5.1.2	Dano à Administração Pública	528
5.1.3	Causa de aumento de pena	528
XII	— DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	529
I	DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	529
I.1	Conceito de funcionário público	529
I.1.1	Funcionário público por equiparação	531
I.1.2	Casos de aumento de pena	532
I.1.3	Funcionário público como sujeito passivo de crimes praticados por particular contra a Administração em geral	532
I.2	Peculato	532
I.2.1	Peculato-furto	535
I.2.2	Peculato culposo	536
I.2.3	Reparação do dano no peculato culposo	537
I.3	Peculato mediante erro de outrem	537
I.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	538
I.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	538
I.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	539
I.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	540
I.8	Concussão	541

1.8.1	Excesso de exação	543
1.8.2	Excesso de exação qualificado	544
1.9	Corrupção passiva	544
1.9.1	Corrupção passiva qualificada	546
1.9.2	Corrupção passiva privilegiada	546
1.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	546
1.11	Prevaricação	547
1.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar	548
1.13	Condescendência criminosas	549
1.14	Advocacia administrativa	550
1.15	Violência arbitrária	552
1.16	Abandono de função	553
1.16.1	Abandono de função qualificado	554
1.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	554
1.18	Violação de sigilo funcional	555
1.18.1	Figuras assemelhadas	556
1.18.2	Figuras qualificadas	556
1.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência	556
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	557
2.1	Usurpação de função pública	557
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada	558
2.2	Resistência	559
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado	560
2.2.2	Concurso	560
2.3	Desobediência	560
2.4	Desacato	562
2.5	Tráfico de influência	565
2.5.1	Causa de aumento de pena	566
2.6	Corrupção ativa	567
2.6.1	Corrupção ativa qualificada	568
2.7	Descaminho	569
2.7.1	Descaminho por assimilação	569
2.7.2	Descaminho qualificado	571
2.8	Contrabando	571
2.8.1	Contrabando por assimilação	571
2.8.2	Contrabando qualificado	572
2.9	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	572
2.10	Inutilização de edital ou de sinal	572
2.11	Subtração ou inutilização de livro ou documento	573
2.12	Sonegação de contribuição previdenciária	573

2.12.1	Extinção da punibilidade	574
2.12.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	574
2.12.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	575
2.12.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	575
3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	577
3.1	Noções gerais	577
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	577
3.2.1	Causa de aumento de pena	578
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	579
3.3.1	Causa de aumento de pena	579
3.4	Funcionário público estrangeiro	580
3.4.1	Funcionário público estrangeiro por equiparação	580
4	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	580
4.1	Reingresso de estrangeiro expulso	580
4.2	Denúncia caluniosa	581
4.2.1	Denúncia caluniosa qualificada	583
4.2.2	Denúncia caluniosa privilegiada	583
4.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	583
4.4	Autoacusação falsa	584
4.5	Falso testemunho ou falsa perícia	585
4.5.1	Causa de aumento de pena	587
4.5.2	Retratação	587
4.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete	588
4.6.1	Causa de aumento de pena	588
4.7	Coação no curso do processo	588
4.8	Exercício arbitrário das próprias razões	590
4.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro	591
4.10	Fraude processual	592
4.10.1	Fraude em processo penal	593
4.11	Favorecimento pessoal	593
4.11.1	Favorecimento pessoal privilegiado	594
4.11.2	Escusa absolutória	594
4.12	Favorecimento real	595
4.13	Ingresso de aparelho de comunicação em estabelecimento prisional	596
4.14	Exercício arbitrário ou abuso de poder	597
4.15	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	597
4.15.1	Figuras típicas qualificadas	598
4.15.2	Concurso material	598
4.15.3	Promoção ou facilitação culposa	598

4.16	Evasão mediante violência contra a pessoa	599
4.17	Arrebatamento de preso	600
4.18	Motim de presos	601
4.19	Patrocínio infiel	602
	4.19.I Patrocínio simultâneo ou tergiversação.	603
4.20	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	604
4.21	Exploração de prestígio	605
	4.21.I Exploração de prestígio qualificada	606
4.22	Violência ou fraude em arrematação judicial	606
4.23	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	607
5	DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS.	608
5.1	Generalidades.	608
5.2	Contratação de operação de crédito	609
	5.2.I Operação de crédito irregular	609
5.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	610
5.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	611
5.5	Ordenação de despesa não autorizada	611
5.6	Prestação de garantia graciosa	612
5.7	Não cancelamento de restos a pagar	613
5.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	613
5.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	614
	<i>ANEXO — RESUMO DA MATÉRIA</i>	615
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	763